



***COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, S.A.,
SOCIEDADE ABERTA***

RELATÓRIO DA GESTÃO, BALANÇO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2002

**Sede: Estrada Nacional 10, 2695-718 S. João da Talha
Capital Social: 5.000.000,00 Euros
Pessoa Colectiva n.º 500 076 138
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Loures sob o n.º 42**



RELATÓRIO DA GESTÃO

Senhores Accionistas:

De acordo com as disposições legais em vigor, vem o Conselho de Administração submeter à aprovação da Assembleia Geral o Relatório da Gestão, bem como o Balanço e Contas do Exercício de 2002.

1 – CONJUNTURA ECONÓMICA GLOBAL

1.1 De acordo com as Grandes Opções do Plano para 2003, o PIB português terá crescido em 2002 cerca de 0,5%, abaixo da taxa de crescimento dos países da Zona Euro (1%), e inferior à taxa de 2001 (1,7%).

A ausência de uma correcta articulação entre a política orçamental prosseguida (com um acentuado desequilíbrio nas contas públicas) e uma política monetária expansionista foi a característica marcante da política económica conduzida nos últimos anos. Como resultado da trajectória seguida ficaram graves desequilíbrios macro-económicos, traduzidos num forte desequilíbrio externo, numa baixa produtividade e numa conseqüente falta de competitividade. Foi precisamente na política orçamental que se fez sentir a maior inadequação dos meios aos fins a atingir. De facto, procurou-se alcançar uma redução do défice orçamental para atingir os patamares intermédios do Pacto de Estabilidade e Crescimento apenas através do aumento automático da receita, não se apontando para uma clara redução da despesa. Assim, com o abrandamento do crescimento económico verificou-se uma desaceleração do crescimento das receitas, a qual não está a ser compensada por evolução adequada da despesa.

A taxa de inflação (média dos últimos doze meses) deverá ser de 3,6%, abaixo da verificada no ano transacto (4,4%).

Perspectiva-se que em 2003 a economia portuguesa venha a registar uma recuperação do seu ritmo de crescimento, em linha com a evolução esperada para a economia internacional e, em particular, para a União Europeia. Em 2003, o PIB deverá crescer entre 1,25% e 2,25% (2,3% na Zona Euro). Espera-se um aumento da taxa de desemprego (que poderá atingir os 5,5%) e uma diminuição da taxa de inflação (2,5%). Prevê-se que a dinâmica das exportações possa constituir o motor do crescimento da economia portuguesa em 2003, o qual será ainda sustentado pelo relançamento do investimento.

1.2 Ao nível amideiro, são de realçar as informações da AAC (Associação dos Amideiros de Cereais da União Europeia) sobre o alargamento aos dez novos países a partir de 1 de Maio de 2004, cujo corolário teve lugar na Cimeira de Copenhaga, em 12 e 13 de Dezembro de 2002. Por exemplo, foram atribuídas quotas de



produção de isoglucose de 138 mil toneladas à Hungria, de 27 mil toneladas à Polónia e de 36 mil toneladas à Eslováquia.

Por outro lado, é previsível, a médio prazo, a fusão entre a AAC e a UFE (produtores de fécula de batata) devido à evolução, a partir de 2006, da Política Agrícola Comum, do Regime do Açúcar e das negociações agrícolas no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

2 - A EVOLUÇÃO DA EMPRESA E ANÁLISE DO EXERCÍCIO

- 2.1 O mercado amideiro decresceu em Portugal, em 2002, em média, cerca de 10%, mas de um modo não uniforme. De facto, a diminuição foi mais acentuada no sector da fermentação, e em menor escala no sector do papel. Consequentemente, e em virtude dessa evolução no tecido industrial nacional, verificou-se um decréscimo da quota de mercado da COPAM.
- 2.2 As Vendas Totais e as Prestações de Serviços ultrapassaram os 28,7 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 12% face ao ano anterior. As Exportações, quer intracomunitárias quer para outros mercados, cresceram face ao ano anterior e representaram cerca de 10% dos Produtos Principais. Contudo, em toneladas, e se excluirmos o efeito da perda específica no sector de fermentação, regista-se um acréscimo de 6% no mercado global. Por outro lado, acrescente-se que se verificou uma redução de 42% no valor de vendas de mercadorias mas apenas um decréscimo de 5% relativamente a vendas de produtos da COPAM.
- 2.3 O ano foi caracterizado por um controlo efectivo dos custos, nomeadamente nas matérias, o que permitiu a manutenção dos custos de produção, apesar do aumento dos custos ambientais e do montante da cotização complementar da isoglucose. A diminuição percentual dos custos foi superior à diminuição percentual dos proveitos.
- 2.4 Tomou-se conhecimento de nova redução das quotas de produção de isoglucose para a campanha 2002/2003. Este facto, conjuntamente com o já referido aumento da cotização complementar em 2002, que minoram a rendibilidade presente e futura da COPAM, foram alvo de protestos do Conselho de Administração junto dos organismos governamentais.
- 2.5 A COPAM, à semelhança de anos transactos, contactou activamente com os organismos oficiais e as associações de agricultores no sentido de obter maiores quantitativos de milho verde, cuja relação qualidade/preço é muito positiva. A quantidade obtida, quer de verde quer de seco, atingiu os 51% do total consumido. Continuou-se com a preocupação da obtenção de matéria prima “Non-GM”, o que encarece o preço do milho.
- 2.6 A quantidade de milho moído decresceu 2% face a 2001 mas o rendimento global da fábrica manteve-se dentro dos bons níveis atingidos em anos anteriores.



- 2.7 Realizaram-se, com sucesso, as auditorias de acompanhamento da certificação, obtida em 29/08/2001, do Sistema de Segurança Alimentar, segundo a Norma DS 3027 E e de renovação da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade segundo a Norma ISO 9001:2000. A COPAM estava certificada desde 29/07/1999 segundo a ISO 9002:1994. Recorde-se que o âmbito de ambas as certificações é a produção e comercialização de xaropes de glucose, isoglucose e dextrose monohidratada. A validade destas certificações é de 3 anos, sendo efectuada anualmente uma auditoria de acompanhamento, e necessária a renovação ao fim dos 3 anos.
- 2.8 Prosseguiram os estudos relativamente à reestruturação das diversas áreas da empresa, concretizando-se ao nível dos transportes de mercadorias, e esperando-se a conclusão desses trabalhos no primeiro semestre de 2003.
- 2.9 Verificou-se em 2002 um importante decréscimo da taxa de absentismo, devido essencialmente à diminuição significativa das baixas por doença.
- 2.10 Em 2002 realizaram-se inúmeras actividades e acções de formação no âmbito da Comissão de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.
- 2.11 Em 2002 foi atribuído à COPAM o "Estatuto PME Excelência 2001", concedido pelo IAPMEI.
- 2.12 A COPAM não tem passivo bancário e a função financeira (diferença entre proveitos e custos financeiros) foi claramente positiva, registando-se uma evolução bastante favorável face a 2001.
- 2.13 Os rácios económico-financeiros reflectem a boa situação económica da empresa, nomeadamente na Rendibilidade dos Capitais Próprios (41%) e do Activo (33%). Os rácios de Autonomia Financeira e Liquidez melhoraram face a 2001. Evolução favorável no tempo médio de cobrança mas efeito desfavorável no tempo médio de pagamentos e de existências.
- 2.14 Os Resultados Líquidos, Antes e Depois de Impostos, foram inferiores aos verificados em 2001: 6.302.224,03 euros e 4.117.681,20 euros, o que significa um decréscimo de 607.501,61 euros, menos 9%, e de 253.163,14 euros, menos 6%, respectivamente.
- 2.15 De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objecto de revisão por parte da Administração Fiscal durante cinco anos. Assim, as declarações fiscais das sociedades poderão vir a ser revistas.
- 2.16 A empresa não tem quaisquer dívidas à Segurança Social.



2.17 A Administração propõe que seja lavrado um voto de louvor ao Conselho Fiscal pela forma competente como acompanhou a gestão da empresa durante o exercício, bem como pela colaboração prestada ao longo do mesmo, e também que este voto de louvor seja extensivo aos colaboradores que em equipa muito contribuíram para fazer face ao grande embate concorrencial que enfrentamos.

3 – GOVERNO DAS SOCIEDADES COTADAS

De acordo com o Regulamento n.º 7/2001 da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas informa-se o seguinte:

I - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

COMPORTAMENTO BOLSISTA DAS ACCÇÕES

O movimento bolsista das acções da COPAM em 2002 foi muito reduzido: registou-se a transacção de 365 acções ao preço médio de 27,89 euros. A cotação inicial foi de 29,04 euros e a final de 28,10 euros. O movimento bolsista das acções da COPAM em 2001 resultou na transacção de 760 acções ao preço médio de 27,61 euros.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Como política de distribuição de dividendos tem sido adoptado o critério de distribuir, pelo menos, 50% dos Resultados Líquidos obtidos.

Foram distribuídos os seguintes dividendos:

- No exercício de 1999 foram distribuídos 4.090.143 euros
(3,37 € de valor líquido por acção);

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 1999: 29/02/2000
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 30/03/2000

- No exercício de 2000 foram distribuídos 3.990.383 euros
(2,99 € de valor líquido por acção);

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2000: 20/02/2001
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 22/03/2001

- No exercício de 2001 foram distribuídos 4.189.902 euros
(3,35 € de valor líquido por acção - Residentes).
(2,93 € de valor líquido por acção – Não Residentes).

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2001: 26/02/2002
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 27/03/2002



- No exercício de 2002 prevêem-se distribuir 4.200.000 euros (previsão de 3,36 € de valor líquido por acção - Residentes). (vide ponto 5. Deste Relatório)

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2002: 25/02/2003
Data previsível do pagamento efectivo dos dividendos: 26/03/2003

GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR

Embora a empresa não disponha especificamente de uma estrutura para o efeito, como recomendado, os serviços da empresa têm assegurado, através do representante para o mercado, toda a informação julgada pertinente aos seus accionistas e prestado todas as informações solicitadas, de acordo com os princípios da igualdade e da qualidade da informação aos investidores em geral.

Representante para as Relações com o Mercado:

Luís Miguel Rosa Alberto
Telefone: 21 994 75 00
E-mail: luis.alberto@copam.pt

Todos os esclarecimentos e dúvidas serão prestados pelo Representante para as Relações com o Mercado.

UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Não existe página oficial da sociedade na internet.

E-mail da empresa: copam@copam.pt

II - EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

A Assembleia Geral regularmente constituída representa a totalidade dos accionistas. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo modo prescrito na lei e nela podem tomar parte todos os accionistas que comprovem ser titulares de 100 acções depositadas num Banco ou nos cofres da sociedade até cinco dias antes da data da Assembleia Geral. A cada 100 acções corresponde um voto. Os titulares de obrigações não gozam do direito de assistir à Assembleia Geral.

Os accionistas podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral, bastando para isso uma simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral assinada pelo outorgante. Esses documentos devem ser enviados ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até, pelo menos, dois dias antes da data marcada na convocatória.



O voto pode ser exercido por correspondência. Os accionistas interessados em exercer o direito de voto por correspondência devem dirigir uma carta ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, endereçada para a sede da Sociedade, acima indicada, contendo um subscrito fechado por cada ponto da ordem de trabalhos sobre que pretendem votar, mencionando cada subscrito tratar-se de um voto por correspondência, a reunião da Assembleia Geral e o ponto da ordem de trabalhos a que se refere; dentro de cada subscrito deve cada accionista declarar o seu sentido de voto, nomeadamente tomando posição relativamente a quaisquer propostas antecipadamente apresentadas à Assembleia Geral; cada declaração de voto deve ser assinada, devendo a assinatura ser reconhecida ou objecto dos procedimentos legalmente tidos como equivalentes.

A consideração dos votos por correspondência fica dependente de os accionistas que recorram a tal possibilidade fazerem prova da sua qualidade de accionistas, nos termos gerais. Só serão considerados os votos recebidos na sede social até cinco dias úteis antes da data designada para a Assembleia. Caberá ao Secretário da Sociedade organizar a votação por correspondência, e, em especial:

- Abrir os votos;
- Verificar a qualidade de accionista e o número de votos do votante;
- Verificar a autenticidade dos votos;
- Assegurar a confidencialidade dos votos até ao momento do início da votação do ponto da ordem de trabalhos a que respeitam.

Em primeira convocação a Assembleia está regularmente constituída se estiverem presentes ou representados accionistas que representem, pelo menos, 51% do Capital Social. Se não for reunido este quorum haverá uma segunda convocação, nos termos do Art.º 377º do Código das Sociedades Comerciais, e a Assembleia reunirá com qualquer número de accionistas, independentemente do capital representado e do assunto a tratar.

A Mesa da Assembleia Geral será composta por um Presidente e dois Secretários, eleitos pela Assembleia Geral por um período de um ano e sempre reelegíveis.

As deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria absoluta de votos.

Os documentos de prestação de contas (Relatório da Gestão, Balanço, Contas e Proposta de Aplicação dos Resultados) encontram-se à disposição dos accionistas na sede da Sociedade durante os 15 dias anteriores à data da Assembleia Geral.

III - REGRAS SOCIETÁRIAS

Não aplicável à sociedade.



IV – ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELOS ADMINISTRADORES E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Administradores, e que também são colaboradores da empresa, exerceram as funções específicas de coordenação das Áreas consignadas no Organigrama apresentado.

A sociedade é administrada por um Conselho de Administração composto por três a cinco membros, conforme a Assembleia Geral ordinária deliberar, eleitos anualmente e sempre reelegíveis. O Conselho escolherá um presidente e poderá nomear de entre os seus membros um Administrador-delegado.

O Conselho poderá preencher até à próxima Assembleia Geral as vagas ocorridas entre os seus membros.

O Conselho de Administração terá os mais amplos poderes para dirigir a actividade social com todas as atribuições legais e especialmente:

- a) Negociar e estabelecer todos os contratos em nome da sociedade, com poderes para adquirir, vender, ceder e onerar todos os bens móveis da sociedade, só ficando dependentes de deliberação da Assembleia Geral os contratos que importem alienação de bens imóveis;
- b) Representar a sociedade para todos os efeitos, com poderes para confessar, desistir, transaccionar ou aceitar as arbitragens em qualquer processo em que a sociedade seja parte;
- c) Constituir mandatários com poderes que julgue convenientes.

O Conselho de Administração reunirá por convocação do presidente ou do Administrador-delegado sempre que o interesse da sociedade o exija. Os membros do Conselho de Administração podem fazer-se representar por outro membro nas reuniões, para o que bastará uma simples carta, telex ou telegrama autenticado. O Conselho só poderá deliberar validamente com a presença da maioria dos seus membros. As deliberações são tomadas por maioria dos votos presentes. O presidente tem voto de qualidade.

A sociedade obriga-se pela assinatura de dois administradores. Cada administrador eleito anualmente na Assembleia Geral terá de prestar uma caução, que poderá ser substituída por seguro caução prestado por empresa seguradora.

Não se aplica o conceito de “membros do órgão de administração independentes”.

Em 2002 efectuaram-se 16 reuniões do Conselho de Administração (ordinárias, plenárias e extraordinárias).



Remunerações do Conselho de Administração:

Remunerações:	179.602,38 euros
Encargos sobre Remunerações:	40.544,04 euros
Seguro de Acidentes Trabalho:	5.104,49 euros
TOTAL:	225.250,91 euros

Não há remunerações variáveis. As Remunerações do Conselho de Administração não estão dependentes dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas pela sociedade.

Os membros não executivos do Conselho de Administração auferiram 5.985,60 euros de Senhas de Presença.

Conselho de Administração:

- Víctor Manuel Carmona e Costa Presidente do Conselho de Administração
(Executivo)
- José Amaro Martins Carmona e Costa Vogal do Conselho de Administração
(Executivo)
- Francisco Gerardo Knopfli Batoréu Vogal do Conselho de Administração
(Executivo)
- João Alberto de Lima Pereira Vogal do Conselho de Administração
(Não Executivo)
- Luis Javier Aísa Comps Vogal do Conselho de Administração
(Não Executivo)

Funções exercidas por aqueles em outras sociedades:

- Víctor Manuel Carmona e Costa:

Presidente do Conselho de Administração da CADE - COMPANHIA AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO, SA
Presidente do Conselho de Administração da SOVICAR - INVESTIMENTOS AGRO-TURÍSTICOS, SA
Fundador da FUNDAÇÃO VÍTOR E GRAÇA CARMONA E COSTA



- José Amaro Martins Carmona e Costa:

Vogal do Conselho de Administração da CADE - COMPANHIA AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO, SA

Vogal do Conselho de Administração da SOVICAR - INVESTIMENTOS AGRO-TURÍSTICOS, SA

- João Alberto de Lima Pereira:

Vogal do Conselho de Administração da RAR - SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), SGPS, SA

Vogal do Conselho de Administração da RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, SA

Presidente do Conselho de Administração da SUCRAL – SOCIEDADE INDUSTRIAL DO AÇÚCAR, SA

Vogal do Conselho de Administração da CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, SA

Gerente da RAR – COGERAÇÃO, UNIPESSOAL, LDA

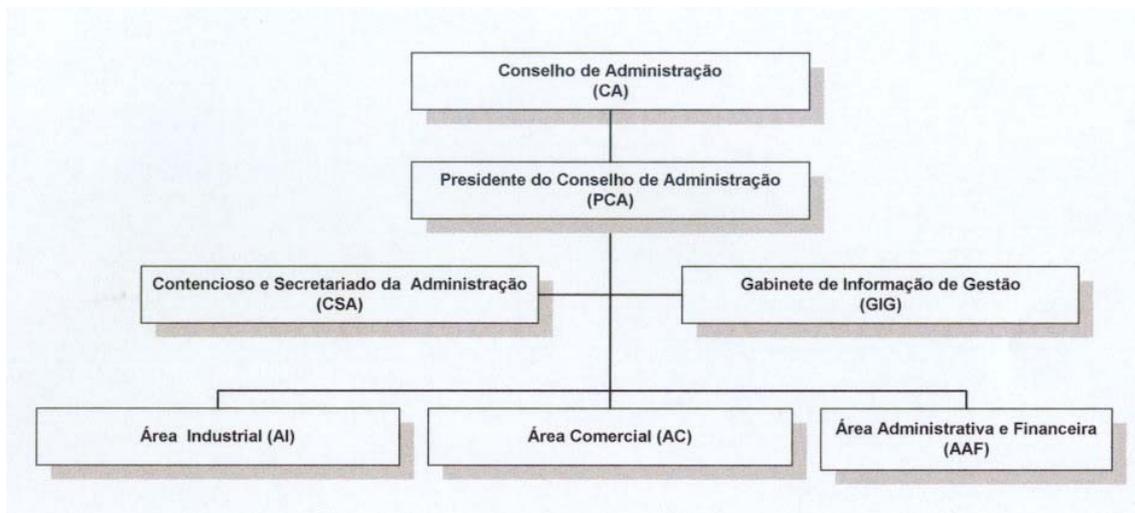
- Luis Javier Aisa Comps:

Presidente do Conselho de Administração da AMYLUM IBÉRICA

AQUISICÃO OU ALIENAÇÃO DE ACCÕES REALIZADAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE EMITENTE DAQUELAS ACCÕES

Não se registaram quaisquer aquisições ou alienações de ações da sociedade emitente por parte dos membros do Conselho de Administração.

ORGANIGRAMA FUNCIONAL



4 – PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Para 2003 perspectiva-se, não só a continuação das dificuldades no mercado interno mas também ao nível de exportação, nomeadamente para o mercado europeu, devido ao grande incremento da capacidade de produção das várias empresas amideiras nesses países.

A conjuntura económica nacional, desfavorável, reflecte-se, consequentemente, na actividade dos nossos clientes. A conjugação de múltiplos factores, tais como o aumento das falências e dos fechos de empresas, o aumento da concorrência, a pressão sobre os preços de venda para a sua diminuição, o aumento dos custos de produção (ao nível dos custos fixos e dos custos ambientais), não se poderão repercutir integralmente sobre os preços de venda.

Pensamos, pois, que o ano de 2003 poderá ser um ano ainda mais difícil do que o de 2002, não só para a COPAM, mas também para o conjunto dos nossos clientes. Daí o empenho da Administração na reestruturação, a todos os níveis, que permitirá, entre outros, o aumento da polivalência nos colaboradores, o que implicará a saída dos menos qualificados e menos preparados, conduzindo ao aumento da produtividade e permitindo a obtenção de ganhos de eficiência e de competitividade.

Pre vemos, assim, uma diminuição dos Resultados Antes e Depois de Impostos face a 2002.

5 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DE PARTE DAS RESERVAS LIVRES PARA EFEITOS DE ARREDONDAMENTO

A Administração propõe que ao lucro do exercício depois de impostos, no montante de 4.117.681,20 euros, seja dada a seguinte distribuição:

. Reservas Legais	2.404,21 euros
. Dividendos	4.115.276,99 euros

A Administração propõe ainda a distribuição de 84.723,01 euros de Reservas Livres de modo a perfazer um total de 4.200.000,00 euros, um montante igual ao distribuído no exercício anterior.

. Reservas Livres	84.723,01 euros
. Dividendos	4.115.276,99 euros

Total a Distribuir: 4.200.000,00 euros



S. João da Talha, 14 de Janeiro de 2003

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

(Victor Manuel Carmona e Costa)

VOGAIS:

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Luis Javier Aisa Comps)

ANEXO N.º 1

PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS NO CAPITAL DA EMPRESA NOS TERMOS DO ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

Victor Manuel Carmona e Costa 10 000 acções

VOGAIS:

José Amaro Martins Carmona e Costa 420 acções

Francisco Gerardo Knopfli Batoréu 1 acção

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE:

Luís Fernando Nandin de Carvalho 2.350 acções

VOGAL:

Manuel Batista Neves 205 acções

Não se registaram quaisquer aquisições ou cessações de titularidade por parte dos membros dos órgãos sociais.

ANEXO N.º 2

PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA

Lista de titulares de participações qualificadas na sociedade de acordo com o Artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

CADE - COMPANHIA AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO, SA	250.000 acções	25,00%
SOVICAR - INVESTIMENTOS AGRO-TURÍSTICOS, SA	250.000 acções	25,00%
AMYLUM, N. V.	146.465 acções	14,64%
CERESTAR HOLDING, B. V.	146.465 acções	14,64%
RAR - SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), SA	101.430 acções	10,14%
FUNDAÇÃO VÍTOR E GRAÇA CARMONA E COSTA	38.262 acções	3,83%
SAR – SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS, SA	20.110 acções	2,01%



BALANÇO em 31 de Dezembro de 2002

COPAM-COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, S.A. Sociedade Aberta

(Valores Expressos em Euros)

POC	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		AB	APA	AL	N-1
	IMOBILIZADO:				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas Inv. e Desenvolvimento	25.877,78	17.151,53	8.726,25	17.052,92
433	Propriedade industrial e outros di	374,10	374,10	0,00	0,00
		26.251,88	17.525,63	8.726,25	17.052,92
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	2.790.670,08	0,00	2.790.670,08	2.790.670,09
422	Edifícios e outras construções	4.055.660,61	3.516.119,17	539.541,44	621.704,03
423	Equipamento básico	23.610.132,96	21.625.882,46	1.984.250,50	2.342.616,41
424	Equipamento de transporte	678.513,23	637.405,21	41.108,02	90.386,17
425	Ferramentas e utensílios	352.694,80	343.063,79	9.631,01	16.361,35
426	Equipamento administrativo	575.801,88	552.752,00	23.049,88	20.903,40
427	Taras e Vasilhame	5.044,45	5.044,45	0,00	0,00
428	Out. Imobilizações Corpóreas	8.875,51	3.971,05	4.904,46	5.057,74
441/2	Imobilizações em curso	860.125,88	0,00	860.125,88	126.984,41
448	Adiant.p/conta imobilizações corpó	16.815,60	0,00	16.815,60	94.500,00
		32.954.335,00	26.684.238,13	6.270.096,87	6.109.183,60
	Investimentos financeiros:				
4112	Partes de capital em empresas asso	49,88	0,00	49,88	49,88
4114	Outras empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
		49,88	0,00	49,88	49,88
	CIRCULANTE:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subprod. e de cons	722.685,91	0,00	722.685,91	807.640,97
35	Subprodutos, desp.resid.refugos	39.230,43	0,00	39.230,43	35.846,79
33	Produtos Acabados e Intermediários	965.318,77	0,00	965.318,77	840.177,53
32	Mercadorias	55.065,74	0,00	55.065,74	119.348,25
		1.782.300,85	0,00	1.782.300,85	1.803.013,54
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	4.134.711,28	0,00	4.134.711,28	4.743.514,47
212	Clientes - Títulos a Receber	14.699,49	0,00	14.699,49	24.500,33
218+281	Clientes de Cobrança Duvidosa	430.723,94	317.751,48	112.972,46	123.287,53
229	Adiantamentos a Fornecedores	1.197,11	0,00	1.197,11	15.318,67
24	Estado e outros entes públicos	2.935,28	0,00	2.935,28	69.047,97
26+221	Outros devedores	8.568,43	0,00	8.568,43	25.200,95
		4.592.835,53	317.751,48	4.275.084,05	5.000.869,92
	Títulos negociáveis				
15	Outros títulos negociáveis	850.000,00	0,00	850.000,00	2.423.978,21
		850.000,00	0,00	850.000,00	2.423.978,21
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14	Dep.banc.à Ordem e a Prazo	5.335.247,66	0,00	5.335.247,66	4.634.488,75
11	Caixa	118.622,39	0,00	118.622,39	5.323,53
		5.453.870,05	0,00	5.453.870,05	4.639.812,28
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acréscimos de proveitos	23.503,09	0,00	23.503,09	11.180,57
272	Custos diferidos	1.150,00	0,00	1.150,00	3.208,99
		24.653,09	0,00	24.653,09	14.389,56
	Total de amortizações		26.701.763,76		
	Total de provisões		317.751,48		
	Total do activo	45.684.296,28	27.019.515,24	18.664.781,04	20.008.349,90

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)

POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N-1
	CAPITAL PRÓPRIO:		
51	Capital	5.000.000,00	5.000.000,00
56	Reservas de reavaliação	4.909.664,66	4.931.480,48
	Reservas:		
571	Reservas legais	997.595,79	997.595,79
574 a 579	Outras reservas	246.896,20	65.954,20
59	Resultados transitados	-4.937,20	0,00
	Sub total	11.149.219,45	10.995.030,47
88	Resultado líquido do exercício	4.117.681,20	4.370.844,34
	Total do capital próprio	15.266.900,65	15.365.874,81
	PASSIVO:		
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	1.450.944,17	2.178.108,42
25	Restantes acionistas (socios)	19.097,02	17.184,76
219	Adiantamentos de clientes	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	115.957,95	57.864,26
24	Estado e outros entes públicos	766.838,74	1.371.168,67
268+211	Outros credores	291.123,64	303.917,78
		2.643.961,52	3.928.243,89
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acréscimos de custos	597.253,79	558.387,74
274	Proveitos diferidos	134.849,26	155.843,46
276	Passivos por Impostos Diferidos	21.815,82	0,00
		753.918,87	714.231,20
	Total do passivo	3.397.880,39	4.642.475,09
	Total do capital próprio e do passivo	18.664.781,04	20.008.349,90

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Victor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Luis Javier Aisa Comps)



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS, em 31 de Dezembro de 2002

COPAM-COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, S. A. Sociedade Aberta

POC	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS			
		N*		N-1*	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	2.962.556,19		5.134.716,09	
	Matérias	12.891.623,73	15.854.179,92	13.979.582,62	19.114.298,71
62	Fornecimentos e serviços externos		2.369.430,78		2.346.054,53
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	2.595.496,91		2.512.966,84	
	Encargos sociais:				
645/8	Outros	757.058,61	3.352.555,52	694.936,94	3.207.903,78
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	727.213,16		777.752,50	
67	Provisões	0,00	727.213,16	76.021,58	853.774,08
63	Impostos	217.711,60		209.673,02	
65	Outros custos e perdas operacionais	365.961,00	583.672,60	256.999,13	466.672,15
	(A) _____		22.887.051,98		25.988.703,25
681/5/6/7/8	Juros e custos similares:				
	Outros	136.813,46	136.813,46	184.622,18	184.622,18
	(C) _____		23.023.865,44		26.173.325,43
69	Custos e perdas extraordinários		111.776,37		43.360,88
	(E) _____		23.135.641,81		26.216.686,31
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		2.184.542,83		2.538.881,30
	(G) _____		25.320.184,64		28.755.567,61
88	Resultado líquido do exercício		4.117.681,20		4.370.844,34
			29.437.865,84		33.126.411,95

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)

(Valores Expressos em Euros)

POC	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS			
		N*		N-1*	
71	Vendas:				
	Mercadorias	3.280.398,07		5.668.196,09	
	Produtos	25.461.834,16		26.935.827,72	
72	Prestações de serviços	44.951,82	28.787.184,05	11.606,42	32.615.630,23
	Variação da produção		128.524,88		84.414,53
75	Trabalhos para a própria empresa		54.762,10		43.755,17
73	Proveitos suplementares	97.329,46		49.253,07	
74	Subsídios à exploração	96.752,52		7.400,50	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	3.552,66	197.634,64	2.586,48	59.240,05
	(B) _____		29.168.105,67		32.803.039,98
781/5/6	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações f				
	Relativos a empresas do grupo				
	Outros	187.996,26		171.580,43	
	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo				
	Outros	9.465,95	197.462,21	13.129,26	184.709,69
	(D) _____		29.365.567,88		32.987.749,67
79	Proveitos e ganhos extraordinários		72.297,96		138.662,28
	(F) _____		29.437.865,84		33.126.411,95

Resumo:			
Resultados operacionais:	(B) - (A) =	6.281.053,69	6.814.336,73
Resultados financeiros:	(D - B) - (C - A) =	60.648,75	87,51
Resultados correntes:	(D) - (C) =	6.341.702,44	6.814.424,24
Resultados antes de impostos:	(F) - (E) =	6.302.224,03	6.909.725,64
Resultado líquido do exercício:	(F) - (G) =	4.117.681,20	4.370.844,34

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Victor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Javier Aisa Comps)



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO AO BALANÇO E Á DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2002

Nos.
Ordem - POC

1 (3) CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS RELATIVAMENTE AS RUBRICAS DO BALANÇO, BEM COMO MÉTODOS DE CALCULO RESPETANTES AOS AJUSTAMENTOS DE VALOR, DESIGNADAMENTE, AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES:

- Especialização dos exercícios.

É seguido o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras.

- Matérias Primas e Subsidiárias.

As existências foram avaliadas pelos custos de aquisição e demais despesas acessórias de compra.

- Produtos Fabricados e em Vias de Fabrico.

São valorizados a custos standard e corrigidos com os desvios apurados face ao real, mais significativos.

- Imobilizações.

Custos de aquisição e de reavaliação de acordo com a legislação específica.

Os custos com a manutenção e reparação que se espera vir a aumentar a vida útil dos imobilizados, são capitalizados. Outros custos com manutenção e reparação são contabilizados logo que incorridos.

MÉTODOS DE CALCULO:

- Amortizações.

São calculadas pelo método das quotas constantes anuais, utilizando as taxas máximas fiscalmente aceites.

2 (4) COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DA MOEDA ESTRANGEIRA:

Os activos e responsabilidades expressos em moeda estrangeira são convertidos às taxas em vigor no final do exercício, sendo as respectivas diferenças de cambio, reflectidas como proveitos ou custos financeiros.

3 (6) IMPOSTOS DIFERIDOS:

Foi reconhecido o efeito fiscal das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal para efeitos de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas(IRC), relativas à reavaliação do Imobilizado. Originaram passivos por impostos diferidos, no montante de 21.815,82 Euros.

Decomposição dos Impostos relativos a Resultados Líquidos do Exercício, Reservas Livres e Resultados Transitados:

Rubricas	Valores
Resultados, reservas livres e res.transitados líquidos de impostos (contabilísticos)	+ 4.359.640,20
Imposto do exercício	+ 2.184.542,83
Impostos Diferidos	+ 4.937,20
Imposto corrente	+ 2.189.480,03

4 (7) NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA: 139

5 (10) MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO.

ACTIVO BRUTO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	TRANSF.PARA CUSTOS	TRANSFERÊNCIA	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇ. INCORPÓREAS:						
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Inv.e Desenvolvimen	25.579,38	298,40	0,00	0,00	0,00	25.877,78
Propriedade Industrial	374,10	0,00	0,00	0,00	0,00	374,10
	25.953,48	298,40	0,00	0,00	0,00	26.251,88
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
Terrenos e Rec. Naturais	2.790.670,08					2.790.670,08
Edif. e Out.Construções	4.055.660,61					4.055.660,61
Equipamento Básico	23.412.072,82		10.442,60		208.502,74	23.610.132,96
Equipamento de Transporte	693.446,40		14.933,17			678.513,23
Ferramentas e Utensílios	350.658,71	2.426,65	390,56			352.694,80
Equip. Administrativo	567.787,22	7.393,20	5.766,93		6.388,39	575.801,88
Taras e Vasilhame	5.044,45					5.044,45
Outras Imob.Corpóreas	8.875,51					8.875,51
Imobilizações em Curso	126.984,40	959.634,76		(106.102,15)	(120.391,13)	860.125,88
Adiant.conta Imob.Corpóreas	94.500,00	16.815,60			(94.500,00)	16.815,60
	32.105.700,20	986.270,21	31.533,26	(106.102,15)	0,00	32.954.335,00
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes cap.emp.associadas	49,88					49,88
Partes cap.em outras empresas	0,00					0,00
	49,88	0,00	0,00	0,00	0,00	49,88



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO AO BALANÇO E Á DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2002

Nos.
Ordem - POC

5 (10) MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO: CONT.

AMORTIZAÇÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	ALIENAÇÃO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
€					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Inv.e Desenvolvimento	8.526,46	8.625,07	0,00	0,00	17.151,53
Propriedade Industrial	374,10		0,00	0,00	374,10
	8.900,56	8.625,07	0,00	0,00	17.525,63
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e Rec. Naturais					
Edif. e Out.Construções	3.433.956,57	82.162,60	0,00	0,00	3.516.119,17
Equipamento Básico	21.069.456,40	566.868,66	10.442,60	0,00	21.625.882,46
Equipamento de Transporte	603.060,20	48.611,49	14.266,48	0,00	637.405,21
Ferramentas e Utensílios	334.297,32	9.157,03	390,56	0,00	343.063,79
Equip. Administrativo	546.883,82	11.635,11	5.766,93	0,00	552.752,00
Taras e Vasilhame	5.044,45	0,00	0,00	0,00	5.044,45
Outras Imob.Corpóreas	3.817,77	153,28	0,00	0,00	3.971,05
Imobiliz. Em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	25.996.516,53	718.588,17	30.866,57	0,00	26.684.238,13

6 (12) DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO CORPÓREO

Decretos-Lei 118/86, 111/88, 49/91, 264/92 e 31/98.

7 (13) DISCRIMINAÇÃO DAS REAVALIAÇÕES

RUBRICAS	Custo Histórico	Reavaliações	Valor Cont.Reaval.
€			
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:			
Terrenos e Rec. Naturais	764.384,99	2.026.285,09	2.790.670,08
Edifícios e O.Construções	327.785,28	211.756,16	539.541,44
Equipamento Básico	1.967.136,29	17.114,21	1.984.250,50
Equipamento de Transporte	41.108,02	0,00	41.108,02
Ferramentas e Utensílios	9.631,01	0,00	9.631,01
Equip. Administrativo	23.041,62	8,26	23.049,88
Outras Imob. Corpóreas	4.904,46	0,00	4.904,46
Imobil.em Curso	876.941,48	0,00	876.941,48
	4.014.933,15	2.255.163,72	6.270.096,87

8 (14) COM RELAÇÃO ÀS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Corpóreas em poder de terceiros **764.668,96€**

9 (16) FIRMA E SEDE DAS EMPRESAS ASSOCIADAS

SOVICAR- Soc. Investimentos Agro-Turísticos,S.A.

Sede: Rua Ferreira da Silva, 10 - 2o. Dto

1900 - 229 - Lisboa

Fracção de Capital que detém: 25%

CADE- Companhia Agrícola Desenvolvimento S.A.

Sede: Rua Soeiro Pereira Gomes, lote 1,6° A-B

1600 - 196 - Lisboa

Fracção de Capital que detém: 25%

10 (23) VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Clientes de cobrança duvidosa **430.723,94€**

11 (32) GARANTIAS :

A favor de terceiros	<u>36.064,88€</u>
A favor da empresa	<u>18.891,04€</u>

12 (34) MOVIMENTOS NAS CONTAS DE PROVISÕES

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÃO	SALDO FINAL
28- Provisão Cob.Duvidosas	337.751,48	0,00	20.000,00	317.751,48



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2002

Nos.

Ordem - POC

13 (36) NÚMERO DE ACÇÕES DE CADA CATEGORIA EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL DA EMPRESA E O SEU VALOR NOMINAL

1.000.000 acções ao portador a 5 euros valor nominal

14 (37) PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO DE CADA UMA DAS PESSOAS COLECTIVAS QUE NELE DETENHAM PELO MENOS 20%:

Sovicar - Soc. de Investimentos Agro-Turisticos, S.A.	→	25,00%
Cade - Companhia Agrícola de Desenvolvimento, S.A.	→	25,00%

15 (40) MOVIMENTOS NAS RÚBRICAS DE CAPITALS PRÓPRIOS

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÃO	SALDO FINAL
51. - Capital	5.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00
56. - Reservas Reavaliação	4.931.480,48	4.937,20	26.753,02	4.909.664,66
57.1- Reservas Legais	997.595,79	0,00	0,00	997.595,79
57.4- Reservas Livres	65.954,20	180.942,00	0,00	246.896,20
59.1- Resultados transitados	0,00	(4.937,20)	0,00	(4.937,20)
88. - Resultado Líquido	4.370.844,34	4.117.681,20	(4.370.844,34)	4.117.681,20

16 (41) DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MAT. PRI/SUBS.
Existências Iniciais	119.348,25	807.640,97
Compras	2.898.273,68	12.806.668,67
Existências Finais	55.065,74	722.685,91
CUSTOS NO EXERCÍCIO	2.962.556,19	12.891.623,73

17 (42) DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

MOVIMENTOS	Prod.Acabados e Intermediários	Prod/Trabalhos em Curso
Existências Finais	1.004.549,20	0,00
Existências Iniciais	876.024,32	0,00
AUMENTO/REDUÇÃO NO EXERCÍCIO	128.524,88	0,00

18 (43) INDICAÇÃO GLOBAL PARA CADA UM DOS ÓRGÃOS DAS REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS QUE ESTEJAM RELACIONADOS COM O EXERCÍCIO DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES

-Conselho Administração	179.602,38 €
-Conselho Fiscal	13.738,32 €
-Assembleia Geral	1.018,00 €

19 (44) RELATO POR SEGMENTOS

A informação expressa nas várias demonstrações financeiras, anexas, respeitam unicamente ao segmento principal (fabricação de Amidos) não existindo segmentos secundários.

Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços

	MERCADOS		
	Interno	Intracomun.	Outros
Vendas	26.790.494,47	1.846.522,77	105.214,99
Prestações Serviços	0,00	44.951,82	0,00

20 (45) DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2002	2001		2002	2001
681 - Juros c/empr.bancários	0,00	15.874,87	781 - Juros Obtidos	192.783,27	179.893,52
685 - Dif. Câmb. Desfavoráveis	618,58	778,39	785 - Dif.Câmb.Favoráveis	541,28	654,07
686 - Desc.P.Pag.Concedidos.	128.142,95	162.358,03	786 - Desc.P.P. obtidos	4.106,97	4.162,10
688 - Outros C.Perd.Financeiras	8.051,93	5.610,89	788 - O.Prov./Ganh.Financeiro	30,69	0,00
RESULTADOS FINANCEIROS	60.648,75	87,51			
	197.462,21	184.709,69		197.462,21	184.709,69



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2002

Nos.
Ordem - POC

21 (46) DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2002	2001		2002	2001
691 - Donativos	250,00	0,00	793 - Ganhos em Existências	24.937,19	0,00
692 - Dívidas Incobráveis	0,00	9.558,82	794 - Ganhos em Imobilizações	1.520,58	16.959,13
693 - Quebras em Existências	0,00	24.936,87	795 - Benef.e Pen.Contratuais	0,00	1.695,91
694 - Perdas em Imobilizações	0,00	544,07	796 - Red.Amortiz./Provisões	20.000,00	4.096,72
695 - Multas e Penalidades	0,00	1.232,60	797 - Correc.Rel.Ex.Anterior	0,00	64.571,65
697 - Correcç.Rel.a Exerc.Anter	111.450,66	5.161,10	798 - O.Prov./Ganhos Extraordi	25.840,19	51.338,87
698 - O.Cust./Perd.Extraord.	75,71	1.927,41			
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	(39.478,41)	95.301,41			
	72.297,96	138.662,28		72.297,96	138.662,28

22 (48) DIVERSOS

- Valor das participações estrangeiras no capital social da COPAM:

CERESTAR HOLDING B V	732.325,00€ 14,64%
AMYLUM N.V.	732.325,00€ 14,64%

- AS DESPESAS COM O PESSOAL FORAM AS SEGUINTE:

Ordenados e salários	1.717.729,49€
Remunerações adicionais	683.408,72€
Encargos com remunerações	619.050,97€
Outras Despesas com o Pessoal	92.359,11€
	<u>3.112.548,29€</u>
Refeitório e Transp. do pessoal	123.556,07€
	<u>3.236.104,36€</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Vitor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Luis Javier Aisa Comps)



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercício de 2002

	MÉTODO DIRECTO	Em Euros
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes		32.849.518,30
Pagamentos a Fornecedores		-19.643.898,34
Pagamentos ao pessoal		-3.152.562,10
Fluxo gerado pelas operações		10.053.057,86
Recebimentos/pagamentos IVA		-2.672.586,30
Pagamento Imposto s/Rendimento		-2.698.266,56
Outros recebimentos/pagamentos relativos às actividades operacionais		-462.612,96
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		4.219.592,04
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		234,00
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		313,40
Fluxos das actividades operacionais	(1)	4.220.139,44
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de: Imobilizações corpóreas		105.433,00
Pagamentos respeitantes a: Imobilizações corpóreas		-897.204,40
Imobilizações incorpóreas		-298,40
Fluxos das actividades de investimento	(2)	-792.069,80
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos respeitantes a: Dividendos		-4.187.990,08
Fluxos das actividades de financiamento	(3)	-4.187.990,08
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	(4)=(1)+(2)+(3)	-759.920,44
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES INICIAIS		7.063.790,49
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES FINAIS		6.303.870,05



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2002

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa com as rubricas do balanço:

Em euros

	ano n	ano n - 1
Numerário	118.622,39	5.323,53
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	385.247,66	893.504,52
Equivalentes a caixa	5.800.000,00	6.164.962,44
Caixa e seus equivalentes	6.303.870,05	7.063.790,49
Outras disponibilidades	0,00	0,00
Disponibilidades Constantes do Balanço	6.303.870,05	7.063.790,49

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria da Glória R.M.Viegas Silva

(Víctor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Martins Pereira)

(Javier Aisa Comps)



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

ANO DE 2002

Valores em Euros

	N	N-1
Vendas e prestações de serviços	28.762.503,58	32.586.669,38
Custo das vendas e das prestações de serviços	19.169.030,54	21.831.817,38
Resultados brutos	9.593.473,04	10.754.852,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	147.116,12	91.002,68
Custos de distribuição	1.325.171,24	1.403.121,42
Custos administrativos	696.623,93	753.827,87
Outros custos e perdas operacionais	1.416.569,96	1.763.305,03
Resultados operacionais	6.302.224,03	6.925.600,36
Custo líquido de financiamento	0,00	15.874,72
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	0,00	0,00
Ganhos (perdas) em outros investimentos	0,00	0,00
Resultados correntes	6.302.224,03	6.909.725,64
Impostos sobre os resultados correntes	2.184.542,83	2.538.881,30
Resultados correntes após impostos	4.117.681,20	4.370.844,34
Resultados extraordinários	0,00	0,00
Impostos sobre os resultados extraordinários	0,00	0,00
Resultados líquidos	4.117.681,20	4.370.844,34
Resultados por acção	4,12	4,37



ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

ANO DE 2002

Valores em Euros

<i>Movimentos</i>	<i>Produtos Acabados e Intermédios</i>	<i>Subprodutos</i>	<i>Mercadorias</i>	<i>Prestações de Serviços</i>
Existências Iniciais	840.177,53	35.846,79	119.348,25	0,00
Entradas provenientes da produção	37.554.666,62	4.172.932,69	2.889.636,15	0,00
Regularização das existências	0,00	0,00	0,00	0,00
Saídas para a produção e imobilizado	25.056.890,88	327.071,67	0,00	0,00
Existências finais	965.318,77	39.230,43	55.065,74	0,00
Custo das vendas e prestações de serviços	12.372.634,50	3.842.477,38	2.953.918,66	0,00

COPAM - COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e de harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a actividade da **COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.** durante o exercício de 2002 e procedemos a diversas verificações, com a regularidade, profundidade e extensão que considerámos necessárias nas circunstâncias, nomeadamente, no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos, documentação de suporte e cumprimento do normativo legal e estatutário, tendo obtido sempre, quer do Conselho de Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. Examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da Empresa e aludindo às operações de maior significado.
3. As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão foram examinados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que, em consequência, emitiu o Relatório Anual e a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, documentos com os quais concordamos.

4. Face ao exposto, relevando as conclusões da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:

- a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativos ao exercício de 2002;
- b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados;
- c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração pelo seu meritório desempenho.

Lisboa, 22 de Janeiro de 2003

O Conselho Fiscal

Presidente - Dr. Luís Fernando Cardoso Nandin de Carvalho

Vogal - Engº Manuel Baptista Neves

Vogal - ANTÓNIO GRENHA, BRYANT JORGE & MOURA TAVARES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Nº 5)
Representada por
Dr. António Maria Gomes da Rocha Grenha (ROC Nº 22)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, da **COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de 18.664.781,04 euros e um total de capital próprio de 15.266.900,65 euros, incluindo um resultado líquido de 4.117.681,20 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 22 de Janeiro de 2003

ANTÓNIO GRENHA, BRYANT JORGE & MOURA TAVARES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita sob o nº 217 no Registo de Auditores da CMVM
Representada por
António Maria Gomes da Rocha Grenha (ROC n.º 22)



**PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
COPAM – COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, SA, SOCIEDADE ABERTA
A REALIZAR EM 25.FEVEREIRO.2003**

Ponto 6 da Convocatória

"Propõe-se que o Conselho de Administração fique autorizado durante o seu mandato, a adquirir e vender acções próprias representativas do capital social da sociedade, até ao limite de 10%.

As aquisições deverão ser efectuadas a um valor mínimo de 10% abaixo da cotação média e máximo de 79,81 Euros cada.

As vendas deverão ser efectuadas a um valor mínimo de 37,41 Euros e máximo de 79,81 Euros cada.

Esta autorização é válida durante o presente mandato e caduca com o termo das funções do Conselho de Administração."

S. João da Talha, 14 de Janeiro de 2003

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

(Victor Manuel Carmona e Costa)

VOGAIS:

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)



**PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
COPAM – COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, SA, SOCIEDADE ABERTA
A REALIZAR EM 25.FEVEREIRO.2003**

Ponto 7 da Convocatória

"Propõe-se que o Conselho de Administração fique autorizado durante o seu mandato, a adquirir e/ou alienar bens imobiliários de interesse para a Empresa.

Esta autorização é válida durante o presente mandato e caduca com o termo das funções do Conselho de Administração."

S. João da Talha, 14 de Janeiro de 2003

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

(Victor Manuel Carmona e Costa)

VOGAIS:

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)



**PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
COPAM – COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, SA, SOCIEDADE ABERTA
A REALIZAR EM 25.FEVEREIRO.2003**

Ponto 8 da Convocatória

a) Alteração do nº 1 do artigo 6º, dos Estatutos, que passa a ter a seguinte redacção:

**CAPÍTULO III
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 6º

1 – A sociedade será administrada por um Conselho de Administração composto por três a sete membros, conforme a Assembleia Geral deliberar, eleitos anualmente e sempre reelegíveis.

2 - (anterior redacção)

3 - (anterior redacção)

4 - (anterior redacção)

5 - (anterior redacção)”

b) Mandatar o Administrador Victor Manuel Carmona e Costa para proceder à outorga de escritura notarial de alteração estatutária se se entender que a evolução da empresa o justifica.

S. João da Talha, 14 de Janeiro de 2003

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

(Victor Manuel Carmona e Costa)

VOGAIS:

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)



EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA NÚMERO OITENTA E OITO

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e três, reuniu a Assembleia Geral da COPAM - COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS SA, Sociedade Aberta, na sua sede social em S. João da Talha. Presidiu à Mesa da Assembleia Geral o Dr. Carlos Fernando de Carvalho Barbosa da Cruz, secretariado pelo Dr. Luís Miguel Rosa Alberto e por Maria de Fátima Pinto Ribeiro Lamy. Aberta a sessão, o Presidente da Mesa, após verificar a legalidade do processo convocatório mediante a publicação tempestiva de anúncios no “Diário da República”, no “Boletim de Cotações da Euronext Lisbon” e no jornal “Diário Económico”, respectivamente de vinte e quatro, de vinte e três, e de vinte e quatro de Janeiro do ano dois mil e três, constatou que, de acordo com a lista de presenças, estavam presentes ou representados mais de cinquenta por cento do capital social, e considerou a Assembleia Geral validamente constituída e em condições de deliberar eficazmente, pelo que entrou no Ponto Primeiro da Ordem de Trabalhos: “Discutir e deliberar sobre o Relatório da Gestão, Balanço e Contas da Administração, respeitantes ao exercício de dois mil e dois”. Dada a palavra aos accionistas deu entrada na Mesa uma proposta do accionista Fundação Vítor e Graça Carmona e Costa, representada por Luís Fernando Cardoso Nandin de Carvalho com o seguinte teor: “Propõe-se a aprovação do Relatório da Gestão, Balanço e Contas da Sociedade respeitantes ao exercício de dois mil e dois”. Tendo sido posta à votação foi aprovada por unanimidade, sem abstenções. Passou-se depois à discussão do Ponto Segundo da Ordem de Trabalhos “Discutir e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados e parte das reservas livres para efeitos de arredondamento”. Dada a palavra aos accionistas, a Mesa pôs à votação a proposta do accionista Fundação Vítor e Graça Carmona e Costa, representada por Luís Fernando Cardoso Nandin de Carvalho com o seguinte teor: “Propõe-se a aprovação da aplicação de resultados e parte das reservas livres constantes no Relatório da Gestão, Balanço e Contas da Sociedade respeitantes ao exercício de dois mil e dois”, a qual foi aprovada por unanimidade, sem abstenções.(...) Dado nada mais haver a tratar, foi a reunião dada por encerrada, tendo-se lavrado a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

PRESIDENTE

Carlos Fernando de Carvalho Barbosa da Cruz

O 1º SECRETÁRIO

Luís Miguel Rosa Alberto

O 2ª SECRETÁRIA

Maria de Fátima Pinto Ribeiro Lamy



COPAM - COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, SA, SOCIEDADE ABERTA
Sede: S. João da Talha
Capital Social: EUR 5.000.000
Pessoa Colectiva nº 500 076 138
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Loures sob o nº 42

**DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2003**

Foram as seguintes as deliberações da Assembleia Geral Ordinária:

1. Aprovado por unanimidade, sem abstenções, o Relatório da Gestão, Balanço e Contas do exercício de 2002.

2. Aprovada por unanimidade, sem abstenções, a seguinte proposta de aplicação de resultados:

Reservas Legais - EUR	2.404,21
Dividendos - EUR	4.115.276,99

	EUR 4.117.681,20

e, foi ainda aprovada por unanimidade, sem abstenções, a distribuição de parte das Reservas Livres para efeitos de arredondamento no montante de 84.723,01 Euros de modo a perfazer um total de 4.200.000,00 Euros para Dividendos, um montante igual ao distribuído no exercício anterior:

Reservas Livres - EUR	84.723,01
Dividendos - EUR	4.115.276,99

	EUR 4.200.000,00

3. Aprovado por unanimidade, sem abstenções, um voto de louvor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

4. Aprovada por unanimidade, sem abstenções, a eleição dos seguintes Órgãos Sociais para o exercício de 2003:

Mesa da Assembleia Geral

Carlos Fernando de Carvalho Barbosa da Cruz
Luís Miguel Rosa Alberto
Maria de Fátima Pinto Ribeiro Lamy

Presidente
1º Secretário
2ª Secretária



. Conselho de Administração

Victor Manuel Carmona e Costa	Presidente
José Amaro Martins Carmona e Costa	Vogal
Francisco Gerardo Knopfli Batoréu	Vogal
João Alberto de Lima Martins Pereira	Vogal
Ernesto Porcar Gatell	Vogal

. Conselho Fiscal

Luís Fernando Cardoso Nandin de Carvalho	Presidente
Manuel Batista Neves	Vogal
António Grenha, Bryant Jorge & Moura Tavares, SROC representada por António Maria da Rocha Grenha	Vogal
Gomes Marques e Carlos Alexandre, SROC representada por Vicente Pereira Gomes Marques	Suplente
Eduardo Barradas da Câmara e Sousa	Suplente

. Comissão de Vencimentos

Victor Manuel Carmona e Costa
Álvaro Carmona e Costa Portela
Francisco Maria Félix da Costa Seabra

5. Aprovada por unanimidade, sem abstenções, a proposta relativa à prestação de caução de dois mil quatrocentos e noventa e cinco Euros por cada um dos Administradores, substituível por seguro caução.

6. Aprovada por unanimidade, sem abstenções, a proposta para autorizar o Conselho de Administração a proceder à aquisição e alienação de acções próprias representativas do capital social até ao limite de dez por cento.

7. Aprovada a proposta por unanimidade, sem abstenções, para autorizar o Conselho de Administração a proceder à aquisição e alienação de bens imobiliários de interesse para a Empresa.

8. Aprovada por unanimidade, sem abstenções, a proposta do Conselho de Administração sobre a alteração do nº 1 do Artigo 6º dos Estatutos da Sociedade.

S. João da Talha, 25 de Fevereiro de 2003

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Victor Manuel Carmona e Costa)